

Brasil, Venezuela e México vão crescer

2 OUT 1984

Washington — O Brasil, México e Venezuela estão prestes a retomar seu crescimento econômico depois da paralisação provocada nos últimos três anos pela recessão internacional e problemas de endividamento, afirmou em Washington o vice-presidente do Citicorp, William Rhodes, que lidera os comitês bancários assessores dos países mais endividados da América Latina, em conferência realizada neste final de semana sobre a dívida externa.

Alto funcionário da maior instituição bancária dos Estados Unidos destacou que, apesar de atravessar um período de mudança política, o Brasil está implementando, com êxito, seu programa de reajuste econômico e "registrando uma recuperação estável, principalmente no setor externo" da economia. Em seguida, Rhodes destacou que o excedente comercial do Brasil até agosto passado era de 8,6 bilhões de dólares e a previsão para 1984 é de 12 para 13 bilhões, em vez dos nove bilhões estimados inicialmente, e contra os 6,5 bilhões registrados em 1983.

Além disso, acrescentou, as previsões de um Produto Interno Bruto (PIB) negativo serão superadas por um crescimento de entre dois e três por cento, com um aumento de 30 por cento na produção industrial e de 35 por cento do setor externo. Quanto ao déficit de conta corrente, afirmou que será inferior a dois bilhões de dólares esse ano, contra os 6,2 bilhões do ano passado e melhorando significativamente a estimativa de cinco bilhões feita no princípio do ano.

"A chave da extraordinária recuperação do Brasil — destacou Rhodes — foi um crescimento de 25 por cento de suas exportações, em vez de substituição ou redução de importações. O verdadeiro problema do Brasil é a inflação, mas mesmo nesse campo eu acredito que se conseguiu um processo significativo e estou convencido de que o índice deverá começar a baixar nos próximos meses".

"Minha confiança no Brasil nunca foi maior", disse Rhodes, elogiando a "capacidade e habilidade dos brasileiros para superar seus problemas políticos e econômicos". Nos momentos em que o Brasil se prepara para reiniciar negociações com os bancos internacionais para a reprogramação de sua dívida externa, Rhodes destacou que os bancos "devem continuar examinando caso por caso", mas admitiu que os termos favoráveis concedidos recentemente ao México "não estão fechados" a outros países.

O acordo entre o México e seus bancos credores incluiu a reprogramação de 48 bilhões de dólares de dívida pública externa, como novo perfil de pagamentos ajustado às possibilidades do país, redução da sobretaxa de juros a 1,11 por cento sobre a taxa interbancária de Londres (Libor), em vez da taxa norte-americana prime-rate, mais

alta, e eliminação das comissões. Os novos termos representarão para o México uma poupança média de 400 milhões de dólares durante os 14 anos de contrato.

Rhodes afirmou também que "o caso do México é único" porque o país cumpriu estritamente todos os objetivos do programa de reajustes econômicos estabelecido com o FMI mas acrescentou que os termos do acordo com os bancos "não estão necessariamente vedados" a outras nações. "O preço reflete os riscos e no caso mexicano os bancos demonstraram que podem reagir rápida e favoravelmente quando um país reduz seu risco, aplicando os reajustes necessários em sua economia", acrescentou.

Por sua vez, o diretor de crédito público do México, José Angel Gurria, destacou que a reprogramação da dívida do México foi feita segundo as linhas básicas indicadas no acordo com Cartagena sobre a dívida externa da América Latina no que se refere a adoção de um perfil de pagamento ajustado às possibilidades do país, redução das sobretaxas, abandono das taxas administradas (prime-rate) e redução ou eliminação das comissões.

O quinto princípio estabelecido em Cartagena pelos onze países mais endividados da América Latina, em junho passado, é a redução das taxas básicas de juros, "mas isso é impossível negociar com os bancos pois está fora de seu alcance, e deve ser discutido com os governos", disse Gurria.

A autoridade financeira declarou-se convencida que o Brasil e a Argentina, seguidos pelo Peru, Equador e Chile, tentarão conseguir reprogramações multianuais nestas mesmas linhas, como o fizeram o México e a Venezuela. O maior obstáculo que enfrentarão será, sem dúvida, o conceito de "risco" tal como foi definido por Rhodes na conferência e rejeitado na semana passada pelo ministro da Economia da Argentina, Bernardo Grinspun, na assembléia anual do Fundo Monetário Internacional. "Os países não constituem riscos pois são entidades soberanas", afirmou na ocasião.

Na conferência concedida neste final de semana em Washington sobre a administração da dívida externa, Rhodes destacou que o México deverá registrar "talvez até dois por cento" de crescimento do Produto Interno Bruto ainda neste ano e entre quatro e cinco por cento no próximo ano. "Embora estas cifras sejam menores que os índices de oito por cento que o México registrou na década de 70, é um progresso muito grande, considerando que o PIB do México baixou 4,7 por cento em 1983", acrescentou.

Sobre a Venezuela, destacou que "sua forte posição de reservas internacionais" lhe oferece oportunidade de conseguir "uma rápida recuperação" em um ou dois anos.